

Estabilidade pode ser aprovada hoje

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A estabilidade no emprego deverá ser aprovada hoje na Comissão de Sistematização da Constituinte, talvez da mesma forma que redigida pelo relator Bernardo Cabral. A tendência dos 93 constituintes que compõem a Sistematização se revelou principalmente na rejeição, por 64 a 29, da emenda popular apresentada pelo deputado Darcy Pazzo em nome da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Os destaques a ser votados hoje não alteram muito o texto de Cabral.

Ontem foi aprovada apenas uma emenda ao artigo 6º relativo à estabilidade no emprego, garantindo agora também ao trabalhador rural a manutenção do contrato de trabalho.

Entre os destaques a ser apreciados hoje, setores do PMDB e do PFL pretendem aprovar o do deputado Max Rosenman (PMDB-PR) que estabelece quase na íntegra o anterior relatório de Bernardo Cabral, fixando "contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada, nos termos da lei". Com isso, a estabilidade seria tratada pela legislação ordinária, tese defendida pelo senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, e por várias entidades empresariais.

ROTATIVIDADE

O início dos trabalhos foi ligeiramente tumultuado. Durou 20 minutos a discussão de um pedido de destaque do deputado Luiz Inácio Lula da Silva, que pretendia substituir o texto do artigo 6º do substitutivo em exame (o nº 2) pelo do substitutivo zero, o primeiro apresentado por Bernardo Cabral. A emenda do dirigente petista foi rejeitada, votando a favor 38 constituintes e contra 54.

Para o deputado Ricardo Izar (PFL-SP), "se for aprovada a emenda Lula, daqui a seis meses ou um ano os próprios trabalhadores vão pedir sua revogação".

Lula mencionou dados do Ministério do Trabalho, de que o índice anual de rotatividade do trabalhador no emprego é de 33,9%, um terço da força de trabalho.

A confusão estabeleceu-se depois que o deputado Brandão Monteiro falou a favor da emenda Lula e quando a Mesa já havia dado a palavra ao deputado Ricardo Izar, para se pronunciar contra ela. Houve protestos do plenário, sob a alegação de que não havia inscrito para discursar além de Brandão. Com base nisso, a Mesa cassou a palavra de Izar, mas, depois da intervenção do relator Bernardo Cabral, voltou atrás e permitiu que o deputado paulista falasse.

O relator Bernardo Cabral manifestou-se em seguida a favor do texto do substitutivo dois, lembrando as

fases anteriores e os diálogos que manteve com representantes das classes trabalhadoras e dos empresários, além do próprio ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. "Não posso emprestar meu nome para brincadeiras", disse, irritado, o relator, ao afirmar que o texto atual decorre do consenso das partes por ele ouvidas. Nessa sua intervenção, Cabral assinalou ainda que no século XX "o sentido social do direito é a própria vida".

ÚNICA EMENDA

Com a rejeição da emenda Lula, foi em seguida submetida a votos emenda do deputado Augusto de Carvalho, defendida pelo autor do destaque, deputado Paulo Paim, para alterar o caput do artigo 6º, incluindo no texto também os trabalhadores rurais. Pelo original, o artigo estava assim redigido: "Além de outros, são direitos dos trabalhadores: (...)". Com a emenda, que recebeu o apoio do relator, a redação passou a ser esta: "São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)". A emenda foi aprovada por 92 votos contra um, do deputado Ricardo Fúlza.

No início da noite, depois de quase cinco horas de discussão à tarde, numerosas questões de ordem e algumas votações, a Comissão de Sistematização caminhava para uma de duas alternativas: ou permaneceria o texto do relator Bernardo Cabral ou seria aceita emenda popular oferecida pelos empresários gaúchos, mais tarde rejeitada.

Já havia sido rejeitada também, por 58 votos a 18, a emenda do líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), estabelecendo a "estabilidade no emprego após 12 meses, através da garantia de indenização de um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e aviso prévio, na forma da lei, no caso de despedida sem justa causa".

TUDO OU NADA

Aquela hora, porém, as posições já estavam tomadas. Os dois lados estavam dispostos a jogar no "tudo ou nada", como disse o deputado Antônio Mariz (PMDB-PB).

Com o apoio do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), Mariz tentou, em vão, obter a aprovação para emenda de sua autoria visando a fixar, na Constituição, apenas o princípio da estabilidade, deixando para a lei ordinária estabelecer as suas condições. Entendia que, como não se pudera chegar a acordo em torno do assunto, era melhor não se jogar ali, na hora, no "tudo ou nada", porque os trabalhadores poderiam ficar "com nada". Não agradou, porém, nem a um lado nem ao outro. O deputado e ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles (PFL-RJ) disse que a "proteção contra despedida imotivada" já circunscrevia a ação do futuro legislador ordinário.



Tumulto, questões de ordem, votações. Mas a Sistematização não passou do artigo 6º

Alencar Monteiro

Negociações de última hora

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Foram várias tentativas de acordo entre as lideranças do PMDB e do PFL ao longo da semana, com o objetivo de aprovar a proposta do primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral, que no item referente aos direitos dos trabalhadores estabelece a proteção do contrato de trabalho contra "despedida imotivada ou sem justa causa" nos termos da lei. Ou seja, transferindo para a legislação ordinária os casos específicos de estabilidade no emprego. Para o senador Albano Franco (PMDB-SE) esta seria a melhor solução para os dois lados, no caso de não haver acordo, "melhor do que a aprovação da proposta do anteprojeto constitucional de Cabral, o de número dois".

No entanto, não chegou a haver acordo, e "aprovada a estabilidade", Albano Franco previu "fase de difícil relacionamento entre patrões e empregados", apontando até para a possibilidade de uma espécie de "Dia Nacional do Aviso Prévio", diante do fato consumado da aprovação da estabilidade no emprego nos termos do substitutivo de Cabral. Albano Franco queixou-se do próprio PFL e dos deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Afif Domingos (PL-SP), que teriam conduzido mal a questão. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) comentou que "jamais houve tanta falta de sensibilidade

política e de percepção da realidade do País. A Constituinte está entrando na fase decisiva e definindo seu futuro ao votar a estabilidade", frisou o parlamentar mineiro, reclamando contra a intransigência dos setores progressistas do PMDB.

O senador e líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso (SP), o senador Albano Franco e o presidente da Fiesp, Mário Amato, trancaram-se às 16 horas no gabinete de Fernando Henrique com Jair Meneghelli, da CUT, e Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", da CGT, para tentar mais um acordo. O objetivo era substituir a estabilidade por formas diversas de aviso prévio e indenização progressiva por tempo de serviço. "Joaquinzão" e Meneghelli disseram que não abriam mão da estabilidade, e depois explicaram suas pretensões também ao senador José Richa (PMDB-PR), que lhes afirmou: "A estabilidade total será um problema para as empresas. 'Joaquinzão' respondeu afirmando que a rotatividade é pior, e o Brasil cresceu mais no período em que houve estabilidade no emprego."

Mário Amato chegou a acreditar no acordo, inicialmente, e comentou: "Pelo menos todos reconhecem que a estabilidade pura e simples será um desastre para o País". Amato observou em seguida que havia questões técnicas, as quais não podia especificar, que aparentemente impediam a retirada da proposta de estabilidade das emendas que poderiam

corresponder aos interesses do empresário, sem descuidar dos empregados. O presidente da Fiesp esteve no plenário durante a votação e conversou com "Joaquinzão" e Meneghelli, chegando a despertar a curiosidade dos constituintes.

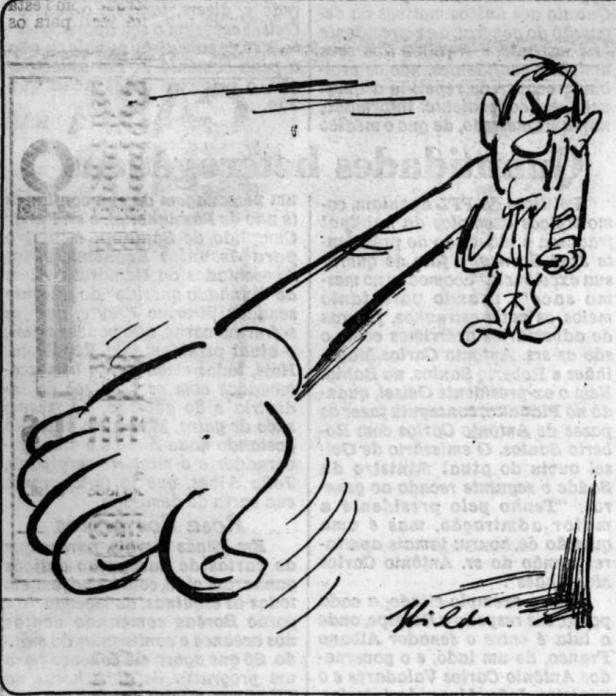
O senador Fernando Henrique Cardoso atribuiu o fracasso das negociações "às assessorias radicais de ambos os lados" e previa já no decorrer da votação que havia uma estratégia liderada pelo PFL para facilitar a aprovação da emenda popular patrocinada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. O PMDB, segundo o senador paulista, propunha a defesa dos termos do primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, mais as indenizações na forma da lei. "Mas a direita e a esquerda não se entendem", comentou Fernando Henrique. "A esquerda quer a estabilidade completa e já, e a direita quer defender os interesses dos empresários, inviabilizando o entendimento."

Fernando Henrique garantiu que as negociações continuariam até o final da votação e frisou que os constituintes precisariam observar a necessidade de "dar proteção contra o arbítrio da demissão, mas também evitar que as empresas fossem prejudicadas". Do gabinete do senador paulista o grupo voltou ao plenário já pessimista em relação a um acordo. "Joaquinzão" ouviu os comentários de Mário Amato contra a estabilidade e se zangou: "Isso é falácia de

empresário. Ele naturalmente não a quer, mas nós vamos lutar até o final".

Albano Franco, Fernando Henrique Cardoso, Jair Meneghelli, "Joaquinzão" e Ulysses Riedl, do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), em dos mais atuantes lobbies na Constituinte, tentaram chegar a novo acordo sentados nas últimas filas de cadeiras do plenário. O presidente da CGT, "Joaquinzão", assim como o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, (PT-SP), insistia na aprovação dos termos do relatório Bernardo Cabral, que estabeleça a estabilidade, com algumas modificações em relação aos casos especificados nos incisos. Jair Meneghelli, presidente da CUT, conversava mais com Lula e avisava aos jornalistas que não dispunha de tempo para entrevistas.

O senador José Richa, um dos mais moderados do Congresso e que tentou chegar a consenso sobre vários pontos da Constituinte, conversou com "Joaquinzão", mas não conseguiu movê-lo para uma posição mais transigente. O diálogo entre os dois foi rápido e cordial: ao perceber que um não mudaria a opinião do outro, afastaram-se. O senador disse então que não acreditava mais em acordo e se revelou surpreso com o que classificou de "incrível aliança" entre os xiitas do PMDB e o PFL, que já anunciavam o apoio à manutenção do texto do relatório de Bernardo Cabral.



Pesquisa revela: não ao parlamentarismo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Grande maioria (88%) de 1.048 eleitores de Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Rio e São Paulo discordam da adoção do parlamentarismo como sistema de governo no Brasil. Se esse sistema for vitorioso na Constituinte, 81% dessas pessoas querem um plebiscito para dar sua aprovação ou não à decisão dos deputados e senadores. Esses são alguns dos resultados de uma pesquisa encomendada e divulgada ontem pelo Palácio do Planalto, feita pela agência de propaganda LPM. Outras perguntas é sobre o mandato do presidente José Sarney, que para 80% dos entrevistados deve ser de cinco anos — mesmo número escolhido pelo próprio presidente.

As 29 perguntas feitas pela LPM revelaram não só a preferência por sistema de governo e tempo de mandato do presidente da República, mas até o seu candidato a primeiro-ministro, caso se implante o parla-

mentarismo, e sua opinião sobre aspectos da Constituição em elaboração.

A pesquisa mostra que o PMDB permanece como partido preferido (25%) dos eleitores, seguido do PT (12%) e do PDT (7%), PTB e PFL (3%) e dos partidos comunistas (2%). Revela ainda que 26% dos entrevistados não sabiam que os deputados e senadores em que votaram escreveriam a nova Constituição, se bem que 70% soubessem.

Um porcentual alto (78%) é favorável a alterações no capítulo de Direitos e Garantias Individuais, na nova Carta, mas reagem à possibilidade de segundo turno indireto nas eleições presidenciais (77%). A manutenção da Zona Franca de Manaus é defendida por 54% dos entrevistados, que aceitam seja ela eterna, mas 58% não admitem algo eterno em seu Estado. O político mais votado para primeiro-ministro foi o senador Mário Covas (20%), que acabou derrotado pelos votos em branco (36%).



Roque Sá

No lugar errado

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) levou os sem-terra a Brasília para pressionar os parlamentares a vota-

rem em favor da reforma agrária. Ontem, eles tentaram protestar diante da Embaixada norte-americana. E foram contidos pela tropa de choque da PM.

Advogado deve ter imunidade, defende OAB

Amauri Serralvo, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — (seção Distrito Federal), defendeu ontem, no plenário do Superior Tribunal Militar, a adoção, na futura Constituição, de imunidade constitucional para os advogados no exercício da profissão, "para que possam, sem pressões de quem quer que seja, desempenhar livremente o munus imposto a eles pela sociedade".

A justificativa de Serralvo para sua proposta é a de que a adoção dessa medida se torna necessária, pois o advogado presta serviços de interesse público, "indispensável à administração da Justiça".

Nesse mesmo contexto, denunciou "as investidas que algumas autoridades, por certo mal informadas, fazem contra prerrogativas profissionais dos advogados". Serralvo disse também ser lamentável "a interpretação que certos tribunais procuram dar à chamada imunidade judiciária, possibilitando que advogados sejam levados às barras dos tribunais simplesmente por divergirem do entendimento de alguns juizes, os quais, ao se considerarem injuriados, acabam fulminando prerrogativas absolutamente legítimas dos profissionais da advocacia".

Segundo Serralvo, o advogado em juízo não está lá para defender interesses pessoais, mas direitos dos cidadãos. "Por esse motivo há de se dar caráter prático à tese de que advogados, juizes e promotores são inseparáveis do Judiciário".

Ermírio é contra sistema parlamentar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Implantar o parlamentarismo no País é dar férias à democracia, e a maneira mais fácil de voltarmos ao regime autoritário. É concentrar os poderes nas mãos dos políticos, o que vai fazer com que o nível dos ministros de Estado, que já é muito ruim, caia ainda mais." A afirmação é do empresário paulista, Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, e foi feita ontem, à saída do gabinete do presidente José Sarney, no Palácio do Planalto.

Para Antônio Ermírio, caso o parlamentarismo seja implantado no Brasil, os ministros, todos políticos, terão de ler pela cartilha do partido majoritário, o PMDB. "E isso não me parece bom", disse ele.

O empresário paulista é favorável a uma simplificação da administração pública, com a extinção de alguns ministérios, e à descentralização dos poderes.

Interpelado sobre o andamento da Constituinte, Antônio Ermírio não se mostrou muito satisfeito e disse que, no seu entender, as coisas mais importantes — educação e saúde — estão relegadas ao esquecimento.

Segundo ele, é uma tolice querer entender os acontecimentos no País pelo ângulo da esquerda ou da direita. "É coisa de colegial", comentou, sublinhando não estar preocupado nem com a esquerda nem com a direita. "Temos de pensar mesmo é no País. E esta é a pergunta que temos de fazer: o que é bom para nosso país?"